

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.842 - PR
(2019/0010819-7)**

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : APP SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ
ADVOGADOS : RENE PELEPIU - PR032416
AGNALDO FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - PR059405
EDUARDO BEURMANN FERREIRA - DF056178
RECORRIDO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORES : SANDRO MARCELO KOZIKOSKI E OUTRO(S) - PR022729
ALINE FERNANDA FAGLIONI E OUTRO(S) - PR048892

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de concessão de liminar, interposto por Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Paraná contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado (e-STJ, fls. 129-130):

Processual Civil. Decisão monocrática do Relator que deferiu liminar em Mandado de Segurança. Súmula 266, STF. Inaplicabilidade. Resolução n. 15/2018 GS/SEED com efeitos concretos. Cabimento do Mandado de Segurança.

Litispendência. Inexistência. Ausência de fundamento relevante. Liminar cassada. Hora-aula, prevista no artigo 30, da Lei n. 103/2004, que não implica na alteração da carga horária do professor. Ficção legal permitida para a organização interna das instituições de ensino.

Impossibilidade de prejuízo ao cumprimento das cargas horárias totais (hora-relógio). Observada a distribuição de jornada prevista na Lei Federal n. 11.738, e nas Leis Complementares n. 103/2004 e n. 174/2014. Decisão reformada. Liminar cassada. Mantidos os efeitos da Resolução n. 15/2018 GS/SEED até o julgamento final do Mandado de Segurança.

Agravo provido.

Alega o recorrente, em síntese, que a Resolução n. 15/2018 da Secretaria de Educação do Paraná aumentou o número de horas-aula regência e horas-aula atividade (extraclasse) de todos os professores do Estado do Paraná em descompasso com o disposto no anexo II da Lei estadual n. 174/2014 e com a Lei federal n. 11.738/2008.

Sustenta que o art. 9º, I e II, da Resolução n. 15/2018, sorrateiramente, inovou a composição da jornada de trabalho dos professores e acrescenta:

O artifício adotado pela Resolução n. 15/2018 para aumentar a carga de

trabalho do magistério, a contrário legis, consiste em transformar o total das jornadas de trabalho do magistério em minutos (ex: 20 horas semanais = 1.200 minutos; 40 horas semanais = 2.400 minutos) e dividi-las por 50 minutos correspondentes ao tempo da aula regência e da hora-atividade (esta última sem previsão legal).

Ocorre que, ao fazer esse malabarismo ardiloso, a Secretaria de Educação do Paraná deixa de considerar na jornada do professor os tempos de recreio e de deslocamento entre as salas de aula, quando o profissional está em regência de classe. Trata-se de interpretação esdrúxula que penaliza os profissionais, inclusive subtraindo-lhes remuneração (pois passam a ficar efetivamente mais tempo na escola recebendo o mesmo salário), bem como a qualidade da educação, pois computa a título de jornada extraclasse do magistério os períodos de recreio e de deslocamento do professor entre uma aula e outra, o que não caracteriza atividade de preparação de aulas, correção de provas e trabalhos, reuniões pedagógicas e com familiares ou mesmo formação profissional permanente (algumas das atividades tidas como extraclasse) (e-STJ, fls. 497/498).

Argumenta que, pela resolução, os professores com cargo efetivo de 20 (vinte) horas semanais terão que lecionar 15 (quinze) horas-aulas regência (duas acima da lei) e 9 (nove) horas-aula atividade (também duas acima da lei).

Aduz que a Resolução n. 15/2018 revoga "três leis complementares estaduais (LC 103/2004, LC 155/2013 e LC 174/2014) e uma Lei Federal (n. 11.738), opondo-se frontalmente aos princípios e limites do poder regulamentador conferido a esse tipo de normativa, o qual compete apenas explicar o alcance da lei, sem jamais alterar seu conteúdo ou a vontade do legislador [...]" (e-STJ, fl. 510).

Defende que não se pode transformar a hora-aula em hora-relógio, considerando os intervalos de 10 (dez) minutos entre cada aula e o recreio escolar para composição da hora-atividade.

Requer a concessão de tutela de urgência e, no mérito, o provimento do recurso para conceder a segurança e determinar:

à autoridade coatora que se abstenha de praticar/aplicar os atos inconstitucionais e ilegais previstos no ato combatido, artigo 9º, incisos I e II da Resolução Secretarial n. 15/2018 GS/SEED, que atenta contra o princípio da estrita legalidade, ordenando que o impetrado cumpra integralmente o disposto na Lei Complementar n. 103/2004, que concede ao professor o direito de no mínimo 1/3 (=33,33%) de sua carga horária, na forma como acima descrito, que se materializa, por determinação da lei Complementar n. 174/2014 em seu Anexo II, na somatória de 7 horas atividade e 13 horas aula com interação com o educando, para uma jornada de 20 horas semanais, e 14 horas atividade e 26 horas aula com interação com o educando, para uma jornada de 40 horas semanais (e-STJ, fl. 527).

Contrarrazões às e-STJ, fls. 554-563.

A Resolução n. 15/2018-GS/SEED foi revogada pela Resolução n. 2/2019-GS/SEED.

Intimado para se manifestar, o recorrente informou que possui interesse no julgamento do feito (e-STJ, fl. 579-580).

É o relatório.

A respeito da possibilidade de concessão de tutela de urgência (inclusive na instância recursal), assim dispõem os arts. 294, 300 e 995, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

[...]

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

Como é possível verificar, o novo Código de Processo Civil ratificou a posição consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça, ainda na vigência do CPC/1973, no sentido de permitir a antecipação dos efeitos da tutela recursal ou a concessão de efeito suspensivo a recurso especial, extraordinário ou ordinário, quando presentes, de forma cumulativa, os requisitos do *fumus boni juris*, correspondente à probabilidade de êxito do recurso, e do *periculum in mora*, relativo ao risco de dano grave e de difícil reparação ao direito.

No caso, entendo estar ausente o requisito do *periculum in mora*, porquanto ocorreu o transcurso do tempo, já se encontrando em curso o ano letivo escolar de 2019, inclusive, regulado por outra resolução.

Desse modo, ausente um dos elementos necessários para a concessão da tutela pretendida, inviável o seu deferimento.

A propósito, com adaptações:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. RECURSO ORDINÁRIO PENDENTE DE ADMISSIBILIDADE. DESCABIMENTO DA MEDIDA. SÚMULAS 634 E 635 DO STF. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. *FUMUS BONI IURIS*. APROFUNDAMENTO EM SEDE DE LIMINAR. INVIABILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

4. Mesmo que se vislumbre a ocorrência de eventual periculum in mora, não há como antever a presença do *fumus boni iuris*, tendo em vista que o pleito lançado na ação - direito à licença para exercer mandato em associação militar - confunde-se com o mérito do recurso ordinário, sendo certo que a análise da *quaestio*, como um todo, só poderá ser realizada, no processo principal, que sequer deu entrada no Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg na MC 18.766/PE, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/4/2012, DJe 4/5/2012)

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR INDEFERIDA. ANÁLISE DO *FUMUS BONI JURIS* QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO DA DEMANDA.

1. "A análise do pedido, no âmbito liminar, demanda a observância dos requisitos autorizadores para a concessão da medida, quais sejam, o *fumus bonis juris* e o *periculum in mora*" (AgRg no MS 15.104/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/9/2010, DJe 17/9/2010).

[...]

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no MS 14.058/DF, de minha relatoria, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/2/2011, DJe 2/3/2011)

MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR INDEFERIDA. PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DO DIREITO INVOCADO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. ANÁLISE DO *FUMUS BONI JURIS* QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO DA DEMANDA.

1. A análise do pedido, no âmbito liminar, demanda a observância dos requisitos autorizadores para a concessão da medida, quais sejam, o *fumus bonis juris* e o *periculum in mora*. No tocante ao primeiro requisito, consistente na verificação, de plano, da plausibilidade jurídica dos argumentos deduzidos no mandado de segurança, tenho que os fundamentos da impetração não ressoam fortes o suficiente para a concessão do pedido liminar.

2. Ressalvados casos de flagrante ilegalidade que demandem intervenção imediata do Poder Judiciário, não vejo como acolher pedido liminar em mandado de segurança que objetiva suspender os efeitos de portaria editada pela autoridade impetrada, pois a análise do *fumus boni juris* confunde-se com o próprio mérito da demanda.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no MS 15.104/DF, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/9/2010, DJe 17/9/2010)

Ademais, constata-se, pela leitura dos fundamentos tecidos na exordial, que a tutela de urgência requerida se confunde com o próprio mérito da ação mandamental, o que concorre para demonstrar a natureza satisfativa do pleito

apresentado a este Tribunal Superior.

Ante o exposto, com fulcro no art. 288, § 2º, do RISTJ, indefiro a liminar pleiteada.

Encaminhem-se e os autos ao Ministério Público Federal.

Após, retornem conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro

